

**Percurso metodológico projeto de dissertação sobre turismo e exploração sexual:
análise sobre essa possível relação em Salvaterra/PA.**

**Methodological path dissertation project about tourism and sexual exploration:
analysis of this possible relation in Salvaterra/PA.**

Meiriane da Trindade Lopes
Universidade Federal do Pará-UFPA
Belém/PA-Brasil

Resumo: Este artigo é parte integrante do projeto de dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU - Universidade Federal do Pará - UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, que foi realizada no Município de Salvaterra-Marajó/PA. Neste trabalho, apresenta-se o percurso metodológico para a construção do projeto de dissertação, bem como menciona-se recortes importantíssimos que fundamentam a pesquisa. Assim sendo, para que se alcance este objetivo, os desdobramentos específicos inerentes ao projeto de dissertação incluíram a busca por literaturas acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, identificar os marcos legais de combate à exploração sexual infanto-juvenil, realizar entrevistas com órgãos da gestão pública, da iniciativa privada (*trade* turístico), comunidade local, para então analisar se existe relação entre turismo e exploração sexual infanto-juvenil no Município de Salvaterra. Conhecendo a área de estudo, as técnicas metodológicas empregadas para obtenção de resultados foram pesquisa bibliográfica, pesquisas qualitativa/descritiva/campo, registro fotográfico e gravador.

Palavras chave: Turismo; Exploração sexual; Criança e adolescentes.

Abstract: This article is an integral part of the master's thesis project in Sustainable Development of the Humid Tropics / PPGDSTU - Federal University of Pará - UFPA, Nucleus of High Amazonian Studies - NAEA, which was held in the municipality of Salvaterra - Marajó / PA. In this work, the methodological course for the construction of the dissertation project is presented, as well as very important excerpts that underlie the research are mentioned. Therefore, in order to achieve this objective, the specific developments inherent in the dissertation project, included a search for literature on the phenomenon of sexual violence against children and adolescents, identifying the legal frameworks for combating child - youth sexual exploitation, conducting interviews with public management bodies, private initiative (tourist trade), local community, to then analyze whether there is a relationship between tourism and child and youth sexual exploitation in the Municipality of Salvaterra. Knowing the study area, the methodological techniques employed to obtain results were bibliographical research, qualitative/descriptive/field record research, photographic research and the use of a recorder.

Keywords: Tourism; Sexual exploitation; Child and adolescent.

Introdução

Nesse introito, a autora relata sobre sua caminhada até chegar ao mestrado e durante o processo. Certamente que uma jornada acadêmica não é fácil, o sonho de entrar no mestrado nem sempre é esclarecido para quem dele não tem aproximação. Muitas vezes a falta de esclarecimentos pode levar o aluno/pesquisador a nunca adentrar à academia em seu modo *stricto sensu*. Seguramente, afirmo isto tomando como base a minha própria trajetória, pois, conquistar a minha vaga no mestrado depois de anos após minha primeira graduação foi para mim algo antes inimaginável.

Todo o processo de elaboração, o processo de desenvolvimento, a caminhada até a definição do objeto de pesquisa é com certeza carregada de muitas incertezas, mas também de inúmeras possibilidades que podem existir em um estudo acadêmico. O caminho em alguns momentos seguiu cheio de hesitações, inseguranças, mudanças de rotas, desconstruções e reconstruções.

Durantes os anos dessa jornada acadêmica, este projeto seguiu a linha de origem, desde a sua submissão ainda no pré-projeto, com o objetivo investigar a problemática de possíveis atos de exploração sexual infanto-juvenil em Salvaterra-PA e sua interface com a atividade turística, mais especificamente com objetivos de entender o funcionamento das instâncias de governança, assim como compreender sobre a dinâmica da ação efetiva das políticas públicas de prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil executada conjuntamente nas esferas de governos federal, estadual e municipal, além de provocar diálogos nesse sentido a fim de fazer com que mais pessoas viessem ter esclarecimento sobre essa violação de direitos.

A ideia de fazer uma busca através de investigação sobre esta temática não era algo novo em minha mente, formada como Bacharel em Turismo pela UFPA desde 2009, depois já atuante em minha caminhada profissional, trabalhando na Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) do Município de Soure-Marajó. Nascida e criada em Salvaterra, já graduada, atuou como docente na Escola de Ensino Tecnológico do Pará (EETEP) Salvaterra no eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer. No ano de 2021 conquistou mais um diploma como Técnica em Guia de Turismo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Acreditando que o conhecimento liberta e proporciona conquistas, percebendo a necessidade em qualificar-se sempre mais, objetivando proporcionar aprendizagem e conhecimento de qualidade, a pesquisadora decidiu estudar mais uma graduação em pedagogia, especializou-se em Educação Especial com Ênfase Inclusão e também em Psicopedagogia com Ênfase em Neuropsicopedagogia.

Atualmente é professora efetiva na rede municipal de ensino de Salvaterra. Esta pesquisadora sempre esteve atuante em atividades voltadas para a educação, sejam elas na área da Inclusão como também na área de Turismo. Sobretudo, sempre manteve um olhar especial, direcionado ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo local, em especial ao que se relaciona a políticas públicas ou falta delas em ações que trabalhassem o combate a possíveis atos de exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como uma possível relação de atos como esse de cunho libidinoso com o turismo.

Então, no ano de 2014, a partir de dois momentos com pessoas distintas, pertencentes à sociedade civil organizada, surgiu o interesse desta pesquisadora em escrever um projeto que dialogasse sobre esta temática. O primeiro diálogo foi com uma coordenadora de grupo parafolclórico local. Naquela ocasião foram relatadas situações em que em determinadas apresentações parafolclóricas, os dançarinos por vezes teriam sofrido situações de constrangimento e assédio. O segundo momento, foi a partir da participação de uma palestra com o até então Bispo do Marajó Dom José Azcona, este que de forma combativa é atuante fervoroso quando se trata desta problemática. Foi a partir destes dois momentos que a pesquisadora cruzou seu caminho com suas ideias e emergiu então o desejo de mergulhar ainda mais nesse universo.

Paralelo às disciplinas de mestrado, a pesquisadora sempre se manteve em observação individual, objetivando estudar o comportamento das pessoas em seu ambiente natural em seu campo de vivências, tal análise corroborou ao processo de pesquisa descritiva, como diz Oliveira (2008) “a pesquisa descritiva caracteriza-se basicamente por observar, registrar, classificar e analisar dados, fatos ou fenômenos sem manipulá-los”.

Para melhor compreensão, faz-se a seguir explicações sobre o contexto de Salvaterra, *locus* desta pesquisa. Falar sobre o Marajó certamente não é um assunto novo, já não é algo surpreendente para muitos leitores, porém, abordar a temática sobre turismo e exploração sexual, fazendo uma pesquisa sobre essa possível relação, ainda é um desafio.

Segundo dados do IBGE (2010), Salvaterra possuía uma população de 20.183 pessoas. No entanto, de acordo com estimativas censitárias do órgão, para o ano de 2021, a população estimada alcançou um quantitativo de 24.392 pessoas, levando em consideração também a densidade demográfica de 19.42 hab./km² (IBGE, 2010). O município de Salvaterra possui uma área de 1.043,50 km² (2022) e configura-se como o de menor extensão territorial do Marajó, representando 0,08 % do estado do Pará, 0,03 % da região e 0,01 % de todo o território brasileiro, segundo a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM, 2022).

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), seu IDH para o ano de 2010 foi de 0,608, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2000)¹³.

Considerando o desenvolvimento da atividade turística pautada no planejamento sustentável, compreendendo que esta atividade deve contribuir para o crescimento dos destinos, sem prejuízo para sua geração atual e também sem prejudicar gerações futuras, ressalta-se que a falta de planejamento no setor de turismo pode ocasionar prejuízos incalculáveis para o sistema turístico, bem como para a comunidade receptora.

Contudo, é importante enfatizar que, apesar de ser popularmente chamado de “turismo sexual”, na verdade, essa prática, não deve ser considerada como um segmento turístico, a exemplo dos vários tipos de segmentos que o turismo dispõe atualmente no mercado. Conforme enfatizado pela Organização Mundial de Turismo (OMT), organismo das Nações Unidas, cujo objetivo é promover o turismo responsável, em prol de um desenvolvimento sustentável e acessível, tal conduta caracteriza-se como violação de direitos.

Em busca de combater o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes, o Brasil vem se estruturando fortemente contra essa violência. A exploração sexual infanto-juvenil é crime, cabendo pena não somente para quem pratica, mas também para quem facilita ou age como intermediário. A prática indiscriminada desta violação é uma tragédia para a humanidade, envolve seres vulneráveis, inocentes e indefesos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069, sancionado em 13 de julho de 1990, em diversos pontos, trata direta ou indiretamente sobre esse assunto, sendo o principal documento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente, atribuindo deveres e responsabilidades ao governo e à sociedade na missão de protegê-los contra a exploração sexual.

Para efetivo esclarecimento, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em suas disposições preliminares, artigo 2: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

A violência sexual é a causadora de inúmeros danos, em diversos aspectos para um ser humano, podendo afetar os aspectos físico, o psicológico e o social, ocasionando danos mentais e de comportamento, muitas vezes, difíceis de reparar.

É um problema de múltiplas dimensões, que passa pela condição de vulnerabilidade das crianças que por vezes são submetidas a várias formas de exploração de seu corpo, desde a prostituição autônoma, passando pela tradicional, realizada em bordéis, pela exploração nas

¹³ <https://cidades.ibge.gov.br/>

ruas e por redes criminosas (BRASIL, 2004). A violência de cunho sexual fere os direitos defendidos pela Constituição brasileira para crianças e adolescentes.

Analisar essa questão se faz importante para compreender a trajetória de todo o contexto envolvendo o turismo e os possíveis atos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Nessa direção, a opção pelo campo de estudo em Salvaterra justificou-se por alguns fatores: seu protagonismo na cadeia produtiva do turismo em âmbito regional e local, pois o município está inserido no Mapa do Turismo Brasileiro¹⁴, bem como por ter sido escolhido para implementação de estratégias de desenvolvimento do turismo local no estado do Pará, juntamente com o município de Soure, pelo Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil (PRTRB). Além disso, levou-se em consideração a importância do município como um dos principais portões de entrada de turistas e visitantes ao Marajó dos Campos¹⁵.

Procedimentos metodológicos

Iniciamos os desdobramentos do percurso metodológico do presente artigo, oriundo do Projeto de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU da UFPA-Belém. Refletimos sobre as contribuições de Lakatos; Marconi (2003), de modo que estas autoras colaboram para entendimentos sobre os conceitos científicos, a partir de sua obra “Fundamentos de metodologia científica”, em que afirmam:

Metodologia Científica, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias. Podemos afirmar até: a prática nasce da concepção sobre o que deve ser realizando e qualquer tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como o mais lógico, racional, eficiente e eficaz (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 17).

Neste sentido, independente da busca ou não por uma carreira científica, a ciência é parte integrante de nosso cotidiano, contudo, entender em conformidade ao pensamento científico não é algo fácil.

¹⁴ O Mapa do Turismo, do Ministério do Turismo, é o instrumento para acompanhamento do desempenho da economia do turismo nos municípios e serve também como balizador de políticas do setor e direcionamento de verbas federais. De acordo com a nova categorização, esses municípios do Pará tiveram crescimento econômico motivado pelo setor turístico, seja por terem aumentado o número de empregos na área, ampliado os estabelecimentos formais de hospedagem ou pelo fluxo de turistas domésticos e internacionais. (PARÁ, 2003).

¹⁵ O Arquipélago do Marajó é composto de forma muito singular na Amazônia, pois existe a predominância em sua topografia de campos naturais, áreas que permanecem alagadas o ano todo, e onde estão localizados os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari e onde “[...] campos que permanecem alagados de fevereiro a junho” (SCHAAN; MARTINS; PORTAL, 2010, p. 73).

Vivemos em constante mudança. O que era novidade a uma década, hoje está ultrapassado. A evolução tecnológica, caminha a passos largos, obrigando-nos a sair da rotina escolar passiva. Hoje, para atuarmos no mercado de trabalho, precisamos estar constantemente nos atualizando e temos de assumir uma atitude proativa diante de um problema, não temendo o novo (OLIVEIRA, 2008, p. 23).

Assim, o caminho para a elaboração de uma pesquisa científica torna-se sempre um caminho com várias opções, exigindo escolhas, caminhos, bem como assumir riscos mediante o caminho escolhido. Ainda de acordo com Andrade (2010):

A compreensão da construção da metodologia científica, à luz do materialismo dialético histórico e da perspectiva histórico cultural, pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: 1 o conhecimento é relativo, nunca acabado; existe uma unidade inseparável entre o empírico e o racional, entre o teórico e o prático, entre o quantitativo e o qualitativo, fazendo romper as dicotomias e estabelecendo as inter-relações e as contradições; a seleção dos métodos está aliada à definição do objeto de estudo, e o valor ético da produção científica consiste no respeito à diversidade de conhecimentos (ANDRADE, 2010, p. 30).

Nesta direção, Lakatos; Marconi (2001) contribuem de modo a afirmar que; o projeto é uma das etapas do processo de elaboração, execução e apresentação da pesquisa. Essa deve ser planejada com extremo rigor, caso contrário o investigador encontrar-se-á perdido num emaranhado de dados colhidos.

No intuito de se fazer compreender a problemática da pesquisa, foi proposto como objetivo geral identificar a possível relação entre o turismo e a exploração sexual infanto-juvenil em Salvaterra/PA. Assim sendo, para que ocorresse o alcance desse objetivo, os desdobramentos específicos inerentes da pesquisa incluíram a busca por literaturas acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como identificar os marcos legais de combate à exploração sexual infanto-juvenil em âmbito nacional, estadual e municipal, realizar entrevistas com órgãos da instância pública, iniciativa privada (*trade turístico*), comunidade local e, por fim, analisou-se a existência de uma relação entre turismo e exploração sexual infanto-juvenil no município de Salvaterra-Marajó/PA.

Para possíveis contribuições, foram feitas análises por meio de pesquisa online nos sites da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); na página oficial do MTur que incluem, entre outros, documentos do programa do Governo Federal Turismo Sustentável e Infância (TSI). Desse modo, foram analisadas as campanhas de enfrentamento ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, bem como os resultados obtidos no estado do Pará, mais precisamente aos direcionados ao município de Salvaterra-Marajó/PA.

Assim, conhecendo a área de estudo, as técnicas metodológicas empregadas para obtenção de resultados nesta pesquisa consistiram no desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, cujo principal objetivo é o levantamento de referências relevantes da área

estudada (livros, teses, dissertações, artigos, anais de seminários/congressos, sites da internet, entre outros), etapa que foi realizada nas Bibliotecas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Laboratório de Análise Espacial (LAENA), da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), na biblioteca eletrônica *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), que abrange coleções de periódicos científicos brasileiros e em outros locais, onde foi possível o acesso aos dados bibliográficos necessários, bem como no banco de teses e dissertações no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Além do levantamento de manuais, cartilhas e relatórios ou outras informações disponibilizadas pelo Ministério do Turismo (MTur) em sua base de dados e que foram filtradas para o desenvolvimento desta pesquisa. Nessa direção, o levantamento bibliográfico considerou temas relevantes para a pesquisa, como turismo no Brasil, o contexto da violência e exploração sexual infanto-juvenil, políticas públicas de turismo, Marajó dos campos, Turismo Sustentável e Infância, políticas públicas de combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Este estudo utilizou-se da pesquisa qualitativa, pois, conforme Oliveira (2008, p. 100) [...] “na pesquisa qualitativa, o pesquisador vivencia a pesquisa, ou seja, interpreta e, por vezes, participa da pesquisa, não é um pesquisador isento como o da pesquisa quantitativa”.

Dentre os métodos que foram utilizados na pesquisa qualitativa, destaca-se a entrevista, segundo Oliveira (2008) deve observar alguns itens, tais como: simplicidade, precisão, linguagem adequada, interferência (condução) na resposta e empatia com o entrevistador. Para esta pesquisa, os questionários estavam organizados de forma semiestruturada.

No entanto, Marconi; Lakatos (2017) “alertam para os cuidados que o pesquisador deve ter ao entrevistar, pois o entrevistado pode ser influenciado por terceiros, interesse e/ou disposição de limitar as informações, incompreensão das perguntas de pesquisa etc.”, sendo esse um item relevante para a pesquisa qualitativa a ser realizada neste trabalho, já que ela será realizada *in loco* em órgãos da gestão pública (órgãos da instância governamental que atuam no sistema de justiça do município de Salvaterra, como a Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Fórum de Justiça, a Polícia Militar e a Polícia Civil), além de representantes da iniciativa privada (*trade* turístico, representantes de meios de hospedagem, condutores e guias de turismo local, representantes dos meios de transportes), comunidade local (representantes da sociedade civil).

Outro item da pesquisa aqui descrita é o método de pesquisa descritiva, que é “quando o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem inferir neles. Visa a descrever as

características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Essa técnica permite analisar, de forma criteriosa, as situações e o comportamento durante possíveis situações pela busca de alvos mais vulneráveis, como também analisar a participação dos diferentes agentes sociais, neste caso, nas políticas públicas de Salvaterra, Pará, e em sua efetiva busca de combater possíveis práticas criminosas, além de trabalhar a prevenção do problema social aqui investigado.

Como forma de subsidiar o trabalho, faz-se pertinente o registro das observações em diário de campo, pois a pesquisa de campo é uma técnica que busca a informação diretamente com a comunidade pesquisada, e exige do pesquisador um encontro direto.

Para isso, o pesquisador deve ir ao local onde o fenômeno ocorre, acumulando e documentando um conjunto de informações e fatos, tendo como inspiração metodológica certa influência de Malinowski (1984, p. 9), quando o autor afirma que: “o desenvolvimento do trabalho sistêmico produziu uma enorme quantidade de novos conhecimentos e colocou em cheque o modo tradicional de manipular os dados empíricos”, a grande inovação desse autor para o trabalho de campo consistiu na prática do que é chamado hoje em dia de observação participante, para Ele, através destas técnicas de observação seria possível acumular grandes números de informações e, inclusive testar a veracidade dos informes, utilizando informantes diferentes.

Para que o trabalho de campo tivesse consistência e maior relevância, nesse sentido, fez-se necessário a utilização de gravador portátil. Este instrumento foi de uso constante, especialmente pelo próprio dinamismo que ele oferece na coleta de informações.

Outro recurso utilizado, para auxílio da pesquisadora, na construção e organização dos detalhes mais subjetivos dos diferentes momentos da pesquisa foi o registro fotográfico, pois o pesquisador deve ter liberdade para ir além das perguntas, como enfatiza Simonian (2007, p. 15), “A presença de imagens no contexto da produção científica remonta a tempos prístinos”.

Acredita-se que o uso de imagens ultrapassa a simples ilustração, podendo construir uma simbiose com o texto apresentado, nesse contexto, “o uso de imagens no registro do conhecimento contribui significativamente para identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais” (SIMONIAN, 2007, p. 16).

Nesse sentido, o referido projeto de dissertação estruturou-se em quatro seções, contendo discussões teóricas e análise inicial da pesquisa pretendida. Após esta seção introdutória, na segunda seção estão apresentadas as abordagens metodológicas utilizadas para a estruturação da pesquisa.

A terceira seção apresenta uma caracterização histórica, territorial, socioeconômica do Marajó, além de aspectos gerais de Salvaterra, com recortes sobre sua história, suas características físicas e territoriais, o problema da violência e exploração sexual infanto-juvenil no estado do Pará com um recorte sobre os municípios marajoaras, além da discussão sobre o programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), do governo federal.

A quarta seção, é dedica à análise sobre a pesquisa de campo, entrevistas com *trade* turístico, sociedade civil organizada, secretaria municipal de turismo, com órgãos não governamental, pesquisa realizada com o Bispo Emérito do Marajó, além de entrevistas no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e doo adolescente em Salvaterra (SGDCA).

São apresentadas nas Considerações Finais as reflexões sobre a pesquisa como todo, levando em conta os dados levantados pelas entrevistas e a discussão teórica empreendida.

Apesar dos muitos desafios impostos durante a realização desta pesquisa, ainda assim a pesquisadora acredita que, para que o trabalho ganhe consistência e relevância, esta é uma opção inescapável, certamente porque perpassa pelo modo de como o pesquisador se relaciona com o mundo, bem como ele se enxerga e vê a sua função.

Nesse sentido, é importante realizar esta reflexão em relação à adoção de uma postura autocrítica e sensível aos contextos em que gerei dados, especialmente ao considerarmos o contexto da própria dificuldade dessa empreitada, asseguro que não é fácil nem simples tentar interpretar o mundo social (ou parte dele) tal como ele se apresenta, sem cair num total subjetivismo ou sem ficar apenas no senso comum.

Exploração sexual ou “turismo sexual”: esclarecimentos necessários

Por fim, este item apresenta quais são as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, tomando como base a legislação nacional direcionada para crianças e adolescentes, ou seja, o que a Constituição brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e outros documentos legais relacionados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes falam sobre o tema.

O aprofundamento legal presente na quarta seção busca compreender o papel do sistema de garantia de direitos e a importância da rede de proteção social a crianças e adolescentes no enfrentamento da violência e abuso sexual infanto-juvenil.

Nesse cenário, o estudo aqui apresentado teve como percurso metodológico estruturado a nível *stricto sensu*, de uma estudante de mestrado, da Universidade Federal do

Estado do Pará (UFPA), em sua trajetória de construção de seu projeto de dissertação de mestrado. O acesso a área de estudo, ocorreu de maneira bem tranquila já que a pesquisadora mora no município objeto de estudo da pesquisa. Contudo, o processo aconteceu de maneira distinta. No primeiro momento, a autora, contemplou uma etapa de pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Esta estratégia permitiu a construção do referencial teórico. Fontes primárias e secundárias foram consultadas.

Complementarmente, realizou-se o trabalho de campo com o entendimento de que, como acentua Espirito Santo (2007) *apud* Minayo (1994), esta etapa:

Consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamento material documental, bibliográfico, institucional, etc. ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construções teóricas.

Neste segundo momento, a pesquisadora, realizou entrevistas com o *trade* turístico (responsáveis por meios de hospedagens, responsáveis por bares e restaurantes), pessoas da sociedade civil organizada (aqui destaco Associação de Moto Taxi, Associação de Taxi, Grupo Parafolclóricos), Conselheiros Tutelar, visita a secretaria Municipal de Assistência Social de Salvaterra (SEMAS), entrevista com a assistente social responsável pela escuta especializada que atende casos de violação contra públicos em vulnerabilidade social entre eles crianças e adolescentes.

Ocorreram também, visitas à Secretaria Municipal de Turismo (SECTUR) e os entrevistados foram o Secretário Municipal e uma técnica em turismo, além de entrevistar o Bispo Emérito do Marajó que, neste contexto da pesquisa, apresenta-se como peça chave de fortalecimento deste combate. Ele que foi peça principal da denúncia no ano de 2008, sobre casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó, fato que naquela situação deu início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que iniciou no ano de 2008 e foram finalizadas as apurações no ano de 2010.

O resultado deste processo foi sistematizado, a partir da interpretação das informações obtidas na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Consolidadas estas informações, as mesmas foram organizadas em forma de texto analítico, com suporte de mapas, fotos, quadros e gráficos, que foram estruturadas com base nas normas do Manual para Normatização de Publicações Técnico-científicas da UFPA (2019).

Os sujeitos da pesquisa

Para esta parte do trabalho de pesquisa foram escolhidos sujeitos determinados, considerando o contexto ao qual estes se encontram inseridos. Para tanto, a realização das

entrevistas foi organizada de forma semiestruturada, de maneira a direcionar o diálogo que por permissão dos entrevistados, ocorreram de forma gravada. Para ordenar o processo, foram preparados modelos distintos, mas similares: para Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR, outro para membros da sociedade civil organizada (grupos parafolclóricos, Associação de taxi e moto taxi), outro para o *trade* turístico (bares e restaurantes), Assistente Social na SEMAS, Concelho Tutelar, por fim o Bispo Emérito do Marajó, Dom José Ascona (Denunciante no ano de 2008 da primeira CPI de inquerito sobre exploração de crianças e adolescentes no Marajó).

- **Entrevista na secretaria municipal de turismo e com organizações não governamentais**

A entrevista direcionada a Secretaria Municipal de Turismo, foi respondida por uma técnica concursada (entrevistada¹) que também é turismóloga e pelo Secretário Municipal de Turismo (entrevistado²).

Uma das perguntas direcionadas para a Secretaria Municipal de Turismo Salvaterra, pretendia entender qual o papel da SECTUR no combate ao crime de violência e exploração sexual infanto-juvenil no município. A resposta dada pelo secretário municipal foi que pelo fato de ele estar a pouco tempo (dois anos à frente desta secretaria) ocupando o cargo de secretário e por falta de dados documentais (segundo relatos do atual secretário), não efetivamente para promover ações no sentido desta problemática na direção de combate à temática da exploração sexual infanto-juvenil, e que muito esporadicamente aconteceram ações desta natureza em parcerias entre SETUR Belém/SECTUR Salvaterra com o propósito de sensibilizar agentes integrantes da cadeia produtiva de turismo, no sentido de contribuir para a efetiva prevenção e proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual no contexto do turismo no município de Salvaterra.

- **Entrevista com Grupos Parafolclóricos**

A escolha pelos grupos parafolclóricos não se deu por acaso. O fato é que a escolha aconteceu em especial porque eles foram um dos principais motivos para que esta pesquisadora manifestasse seu interesse em examinar mais a fundo sobre esta temática. Os grupos parafolclóricos possuem papéis fundamentais para este estudo. Foi a partir de relatos dos dançarinos que surgiu a ideia de pesquisar sobre essa possível relação envolvendo a estrutura do setor de turismo e a ocorrência de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo no município de Salvaterra-Marajó, terra natal da pesquisadora e município considerado um dos portões de entrada de turistas ao Marajó.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram aplicados sessenta questionários, foram entrevistados dançarinos de três Grupos Parafolclóricos distintos, os questionamentos foram os mesmo para todos. Desta maneira, o caminho percorrido foi apresentação do problema de pesquisa, em seguida foram lançadas algumas perguntas como: se já haviam escutado falar sobre violência sexual no turismo ou “turismo sexual” e qual o entendimento deles sobre isso.

Em seguida, se em algum momento já haviam presenciado alguma situação que se pareça com violência ou exploração sexual infanto-juvenil ou “turismo sexual” ou se já teriam percebido que foram alvo deste tipo de ação; foi perguntado se já teriam escutado falar sobre o TSI, se já haviam participado de alguma formação que dialogasse sobre este assunto, foi mostrado o símbolo do TSI e questionados se teriam conhecimento sobre o que se tratava.

- **Pesquisa realizada a sociedade civil organizada e com o Bispo Emérito do Marajó: Dom José Luiz Azcona**

Não restam dúvidas de que o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil relacionado ao turismo não seja apenas uma realidade de Salvaterra ou uma ficção na Amazônia marajoara, até mesmo um problema que esteja em uma realidade distante ou mesmo que seja um desconhecido total. Vez ou outra conteúdos nessa direção são postos e debatidos entre os veículos de comunicação e relatos sobre essa situação infelizmente fazem parte de noticiários, notadamente muitas vezes em tom de tragédia.

Dessa forma, este trabalho se propôs a fazer investigações em várias frentes que dialogassem ou estivessem envolvidas em denunciar, combater, esclarecer mais sobre esta temática, provocando a quebra do silêncio, colaborando para neutralizar este fenômeno, provocando ações de denúncias sobre a exploração sexual no âmbito do turismo na região da Ilha do Marajó. Neste navegar investigativo, carregado da ideia instigadora, buscou-se em outras fontes colaborações para a pesquisa.

Desta maneira, sentiu-se a necessidade em fazer entrevista com o Bispo Emérito da Diocese da Ilha do Marajó (PA), Monsenhor Dom José Luiz Azcona³, muito atuante em falas que defendem e lutam pela integridade e proteção de crianças e adolescentes. Juntamente com a irmã Henriqueta, ela que teve atuação decisiva nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) que investigou crimes de abuso e exploração de crianças adolescentes no Marajó e o tráfico de pessoas no Estado do Pará, assim como a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito-CMPI do Senado que também apurou o tráfico humano no país e assim contribuir para combater esses crimes, protegendo os que vivem essa violência cotidiana sem qualquer chance de defesa.

Os trabalhos da CPI foram desenvolvidos graças ao apoio de órgãos e entidades das instâncias federal, estadual e municipal, bem como de pessoas jurídicas e físicas representantes da sociedade civil organizada, notadamente das que estão efetivamente comprometidas com o combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Segundo reportagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB na reportagem: Tráfico de pessoas é “um tumor mundial”, diz Dom José Luiz Azcona, Bispo Emérito do Marajó (2017):

Creio que é bom destacar que não é somente no Pará, não é somente na Amazônia que essa situação e esse fenômeno se evidenciam com mais clareza, mas também em outros lugares. Se fizermos uma análise panorâmica rápida, não há uma diferença grande entre São Luís do Maranhão e o Pará. Da cidade de Fortaleza, por exemplo, saem expedições constantes de mulheres para a Itália, para a Eslovênia, com intuito de tráfico humano para serviços sexuais. Lá também se verifica a prostituição infantil como oferta, não como tráfico para o exterior, mas presente no turismo sexual. Se descermos, vamos ver que em Recife não deve ser muito diferente. Na Bahia e o Rio de Janeiro, do mesmo modo. E não se trata de uma situação apenas do litoral brasileiro, porque também no interior, nas estradas acontece o tráfico humano (CNBB, 2017, s/p).

Em entrevista para este trabalho de pesquisa, Dom José sinaliza que ainda hoje, 12 anos após apurações da CPI que denunciou a ocorrência de abuso e exploração sexual infanto-juvenil no Marajó, mais precisamente nos municípios dos furos de Breves, Muaná e Melgaço, este último que apresenta o menor IDH do Brasil, muito possivelmente crimes desta natureza continuam acontecendo de forma corriqueira sem maiores fiscalizações.

• **Pesquisa realizada no Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente – (SGDCA) Salvaterra**

○ Assitência Social

O método de pesquisa utilizado, foi o mesmo que foi aplicado anteriormente, foram realizadas modelos similares de entrevistas, ambos semi-estruturado, sendo que, uma das entrevistas aconteceram na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e outra no Conselho Tutelar de Salvaterra. A entrevista na SEMAS Salvaterra foi respondida por uma assistente social (entrevistada⁴), que atualmente trabalha no setor de alta complexidade junto à crianças e adolescentes que tiveram os direitos violados, em trabalho de escuta especializado), este setor é novo no município de Salvaterra e tem apenas quatro meses. A outra entrevistada⁵ foi uma funcionária que já possui uma longa caminhada atuando nesse combate dentro do município de Salvaterra, representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O CMDCA é que da base para o Conselho Tutelar, não pode existir um Conselho Tutelar sem parceria com o CMDCA, segundo destacado pela funcionária do (CMDCA), entrevistada⁵, uma dos maiores desafios enfrentado pelo município de Salvaterra, seja a grande dificuldade ser um município que ainda necessita muito da capital Belém, pois, muitos serviços infelizmente ainda não ocorrem neste município, à exemplo deste, os exames toxicológico que devem ser realizados nas vítimas.

A assistência social se divide na proteção social básica e na proteção social especial. A básica está junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a especial está no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que estaria junto a alta complexidade, contudo, segundo relatos da assistente social, existem algumas discussões acerca desta questão, pois, o município de Salvaterra não tem efetivamente implantado o Sistema de Alta Complexidade, este que demanda o cadastro da família acolhedora, deveria ter uma casa de apoio para mulheres. Tudo isso deveria estar implantado pois, consta no Plano Nacional.

- Conselho Tutelar

A perspectiva do trabalho direcionado para a proteção integral dos direitos de crianças e do adolescente necessita de uma dimensão integradora, multidisciplinar entre variados setores, tanto ao que diz respeito a aspectos macroestruturais, como no campo das políticas.

Todavia, para que aconteça o adequado crescimento, desenvolvimento e integração social de crianças e adolescentes, faz-se necessário a interação interinstitucional e interpessoal, potencializada pelo trabalho ordenado, pois a multiplicidade de mecanismos pode interferir tanto de forma positiva quanto de maneira negativa no que diz respeito à proteção.

As entrevistas no Conselho Tutelar de Salvaterra foram respondidas por dois conselheiros que trabalham com o programa (aqui chamaremos de entrevistado⁶ e entrevistado⁷). O Conselho Tutelar de Salvaterra está em funcionalidade desde o ano 2002, sendo que um dos entrevistados estão atuantes desde o ano de 2013 e o outro desde 2020, ao total são 05 (cinco) e 05 (cinco) suplentes.

Por meio da verbalização dos conselheiros entrevistados, foi possível perceber que fica difícil manter uma constância na composição da oferta dos serviços em Salvaterra, de maneira que aconteça o atendimento adequado dos casos sobre os crimes contra crianças e adolescentes, entre eles o abuso e exploração sexual, demonstrando precarização e insuficiência, dificultando a eficácia dos atendimentos e medidas realizados.

Considerações finais

Neste artigo, apresento um pouco sobre o estudo e mais ainda sobre alguns momentos e fases que vivenciei durante o caminhar do mestrado, assim, em cada momento aqui descrito percebeu-se o quanto este assunto é pertinente, o quanto precisa-se dialogar sobre esta temática e assim possibilitar o combate de forma bem mais eficaz sobre esta problemática.

Diante de tudo o que foi abordado no transcórre deste trabalho, tornou-se possível esclarecer que o abuso e exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes, configura-se como uma prática criminosa e, infelizmente, a partir dos dados ficou claro que esta triste realidade ainda ocorre em nosso país em números bastantes assustadores. Nos grupos de que tive a honra de participar e na convivência com diversos atores, obtive grandes aprendizados, grandes reflexões e um desejo enorme de ser cada vez mais atuante nesse combate.

Sabemos que muito já foi conquistado, como a criação e efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano de 1990, além da elaboração de Códigos de Ética do Turismo e da Constituição de 1988, que abominam a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e são instrumentos muito importantes, para assegurar direitos e determinam punições a todos aqueles que praticam contra a vida, a liberdade e o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Infelizmente, Salvaterra não ficou isenta dos malefícios que chegam com a vinda do desenvolvimento e do desenrolar da atividade turística. A utilização da estrutura oferecida através da oferta de serviços de turismo para a prática do crime de abuso e exploração sexual infelizmente possibilita que ocorra esse grave problema.

As pesquisas comprovaram, que tal prática felizmente não acontece em grande escala no município de Salvaterra. No entanto, infelizmente, comprovou-se que existem sim, situações nessa direção, em que estão atrelados turismo e exploração sexual infanto-juvenil, apesar dos contínuos esforços da sociedade civil e também do governo federal e governo estadual.

Sendo assim, o tema da exploração sexual no contexto do turismo deve ser objeto de constatações tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito social. As políticas serão importantes, porém, a sociedade deve estar conscientizada dos riscos inerentes a má gestão do desempenho do turismo, numa perspectiva crítica de enfrentamento ao problema.

Referências

AMAM. **Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó-Salaterra**. 2022. Disponível em: <https://www.amam-marajo.org/municipios/salaterra/salaterra.asp>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-05.pdf>. Acesso em: 01 fevereiro 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de 1990**. Brasília, 1990.

BRASIL. Lei Geral do Turismo – 11.771 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revigora a Lei nº 6.505, de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo**. Brasília, 2010.

DI PAOLO, Darcy Flexa. **Orientações para elaborações e apresentação de trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese**. Belém: UFPA, 2009.

ESPIRITO SANTO, Álvaro Negrão do. **Regionalização e gestão no espaço turístico: o processo de roteirização e de gestão participativa do Polo Marajó, Pará** [digitado] /Álvaro Negrão do espírito Santo _2007. Dissertação (mestrado) – universidade federal do Pará, centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Base de Dados**. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=19&i=P&c=3881>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. **Estimativas da População**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. **Mortalidade Infantil 2017-Base de Dados**. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MALINOWSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural. 1984. (Col. Os pensadores).

MPPR. **Criança e Adolescente**. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmitificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

OMT. **Panorama OMT del turismo internacional, edición 2015**. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416875>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARÁ (Estado). **Constituição do Estado do Pará**. Belém, 1989.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Turismo. **Pará realiza campanha do Programa Turismo Sustentável e Infância do Mtur**. 2016. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/noticia/para-realiza-campanha-do-programa-turismo-sustentavel-e-infancia-do-mtur>. Acesso em: 15 out. 2022.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L. Turismo e gestão local em áreas protegidas da tríplice fronteira pan-amazônica. *In*: CRUZ, S.H.R. MENDES, F. L. S. (Org.). **Turismo: gestão e desenvolvimento na Pan-Amazônia**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 186-204.

PUBLICA. Investigamos a violência sexual no Marajó – e não é nada do que a ministra Damares diz. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/09/investigamos-a-violencia-sexual-no-marajo-e-nao-e-nada-do-que-a-ministra-damares-diz/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

RODRIGUES, Amyr A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e reflexos regionais. 2 ed. São Paulo: Oscite, 1999.

SCHAAN, D. P. MARTINS; C. P; PORTAL, V. L. M (Org.). **Muito além dos campos**: Arqueologia e história na Amazônia marajoara. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

SILVA, Patrícia Melo da. Turismo Sustentável e Infância: uma análise das campanhas de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil no Turismo em São Luís, MA. *In*: 63ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, Goiânia, 2013. **Anais [...]**. Goiânia: SBPC, 2013.

SIMONIAN, Ligia T. L.; PINTO, Paulo M.; CAMPOS, Raul I. R. de. **Unidades de Conservação em Martírios/Andorinhas**: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas. Belém: CSE/UFPA, 2007.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 48, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58920>. Acesso em: 2 out. 2020.

SOBRE A AUTORA:

Meiriane da Trindade Lopes. Mestre pelo programa Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido PPGDSTU/NAEA/UFPA; Especialista em Educação Especial e Inclusiva/Psicopedagoga. Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) Salvaterra-Marajó.

EMAIL: meirianelopes2@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7824-5874>

Recebido: 22/08/2022

Aprovado: 27/09/2022